

Ensino de História: Materiais Didáticos sobre a História do Maranhão em variados contextos educativos

YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO MATEUS*

1. Introdução

Os livros didáticos de História têm em suas raízes a preocupação de criar uma consciência de nação. No decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem (PEREIRA, 2014). Um dos papéis do Livro Didático, portanto, é levar ao aluno o conhecimento elaborado na academia¹, por isso no momento de sua escolha requer atenção e habilidade do professor que o adota. Para isso, existe o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem por finalidade subsidiar o professor e a escola na escolha do livro didático que será adotado no triênio.

Como uma mercadoria o livro escolar recebe diversas intervenções durante sua fabricação e comercialização. Nesse processo interferem várias personagens como o editor, autor, técnicos especializados dos processos gráficos: programadores visuais e ilustradores. Vale dizer que o livro escolar como elemento da indústria cultural determina um modo de ler direcionado por técnicos e não pelo autor (BITTENCOURT, 1997). Assim, o conteúdo do livro didático não se trata apenas de uma vontade de quem o escreve, sobre suas visões historiográficas, contudo vai muito além do seu ponto de vista que é adequado às bases curriculares, mediadas pelo mercado. Desse modo, avaliar ou analisar um livro didático é mais complexo que assinalar a ausência de determinado conteúdo, ou modo como o seu conteúdo é ou precisaria ser oferecido. Ao se pensar no livro didático é necessário observá-lo inserido nesse complexo contexto que abarca políticas públicas de ensino, bases curriculares e a efetuação do livro didático por autores e editoras, e a inserção da historiografia (PEREIRA, 2006).

Esse trabalho chama atenção para a trajetória dos materiais didáticos de História do Maranhão, pois é de suma importância ter esses materiais dessa temática para contribuírem com os estudantes no conhecimento de interpretações da História local, e refletirem sobre suas

* Essa comunicação integra o projeto de mestrado “História do Maranhão na sala de aula: a construção da ordem política imperial na província do Maranhão (1823-1841)”, sob a coordenação da Prof. Dr^a Elizabeth Sousa Abrantes. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

¹ Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalista, literários, etc.

origens e identidades, sobre os processos socioeconômicos e políticos, com suas mudanças e permanências, e valorizem a pluralidade étnica e cultural que constitui a formação social do Maranhão.

2. História Regional ou local: Maranhão e suas problemáticas

Muitas vezes a História Regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos alunos. No caso do Maranhão isso acontece em parte devido à ausência de material didático que aborde a História local. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi à adesão das universidades públicas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que fez com que os alunos dessem pouca atenção à história que contempla os estudos regionais. Sobre a história regional, Giron diz que:

[...] a história regional, filha do espaço e da dependência, considerada por muitos como apenas bastarda do Clío [...] O preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais. A concepção histórica dos gregos, bem como sua filosofia, permanecem ao longo dos séculos. A história regional continua sendo repelida para fora da história geral, tanto então como agora. Tal rejeição tem um sentido e obedece a alguns pressupostos teóricos e ideológicos (GIRON, 2000: 28-29, grifos nossos).

Bittencourt (2008: 168) advoga que a História Regional proporciona, na dimensão do “estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação”, e coloca a importância da memória para a história local. Para a autora, a “memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para os historiadores como para o ensino”.

Geralmente os livros didáticos trazem em seu conteúdo temas mais gerais, e às vezes de cunho historiográfico conservador, sem trazer à tona temas mais específicos da História Regional. Ao observamos os livros didáticos, os espaços dados a História do Maranhão, quando isso acontece, são minúsculos, sem muita expressão. Sabemos que para a produção de um material didático há todo um processo complexo. Como salienta Engel (2009) as produções didáticas são consideradas produto cultural dotado de alto grau de complexidade, tendo sua autoria plural, na qual fazem parte, além do autor, as figuras do editor, dos programadores visuais e dos ilustradores. Sobre quem produz o livro didático, Engel (2009: 30) diz que

“enquanto formulador de um discurso historiográfico específico, o autor do livro didático pode utilizar a produção historiográfica acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico abordado em termos de argumentos de autoridade, buscando sua legitimação”.

Como quase não existem livros didáticos sobre História do Maranhão para a Educação Básica, e pôr na maioria das vezes desconhecem as produções acadêmicas, os professores da educação básica quase não trabalham em suas aulas a história do seu Estado, quando trabalham utilizam as obras tradicionais dos historiadores por ofício ou profissionais que não são da área de História e trabalhos de historiadores de profissão.

3. Materiais Didáticos de História do Maranhão: Godóis (1904), Meireles (1959;1960), Aroeira, Caldeira, Moraes (1981) e Botelho (2007)

A escolha das obras didáticas serem especificamente de História do Maranhão tem por finalidade mostrar os materiais didáticos que são ou já foram utilizados em sala de aula, e que também auxiliaram os professores na elaboração de suas aulas de História do Maranhão. Assim, apontamos as obras catalogadas acerca dessa temática em ordem cronológica: Godóis (1904), Meireles (1959;1960), Aroeira, Caldeira, Moraes (1981) e Botelho (2007).

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), onde teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras (AML), ocupa a cadeira de número 1, referente à cadeira de educadores. Escrevendo sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904), subintitulada *para uso dos alunos da Escola Normal*, em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse estado desde as Capitânicas Hereditárias até a adesão do Maranhão à proclamação da República, divididos em três partes: Primeira Parte – O Maranhão-Colônia; Segunda Parte – O Maranhão-Província e Terceira Parte – O Maranhão-Estado.

Barbosa de Godóis (1904) escreve em uma conjuntura de importante reflexão em relação aos problemas nacionais e o desenvolvimento de pensamentos e práticas políticas direcionadas para a crítica das instituições imperiais, dado o Brasil está se inserindo em uma República no final do século XIX e início do século XX, assim, fazia crítica à política imperial ao dizer que era mais caprichosa que orientada, erguia e abatia as situações políticas sem uma razão de ordem superior que explicasse as mutações bruscas, e cometendo diversas vezes a um partido o encargo de realizar as ideias de outro, havia tornado a política do Brasil algo

inconsistente, sem firmeza das dedicações pelos princípios e contribuía para o próprio enfraquecimento da Monarquia. Comparou a Monarquia brasileira com Monarquia europeia em que essa criou no povo amor pela dinastia e o soberano, mas no Brasil a Monarquia se sustentava sem devoção e veneração do povo.

Tratava-se, portanto, de uma conjuntura histórica em que a República deveria ser ensinada como a que redimiria os erros do passado monárquico e até mesmo do Período Colonial utilizando termos como desmandos e desgovernos para se referir a esses momentos. Isso é uma demonstração clara na obra de Godóis devido seu trabalho ser voltada para a educação em um contexto com a predominância de militares dirigindo o país e dado a uma conjuntura de educar a nova geração para construir o futuro do país.

Vale dizer que no início do século XX ainda não existiam o MEC e o PNLD para regular e fiscalizar os conteúdos e modos de abordagens contidas nos livros didáticos, o que facilitava intencionalidades educativas, não que após sua criação isso não aconteça mais, no entanto, torna-se mais difícil, é necessário que seja de forma implícita. O Livro Didático como fonte histórica traz intenções, marcas e percepções de mundo e sociedade de quem o escreveu. Com finalidade didática na época de sua escrita, em Godóis (1904), observamos que os escritos desse período se caracterizam por narrar uma história factual, nos moldes dos preceitos positivistas, assim, não inferem criticidades, mas escrevem uma história descritiva, presa a datas e sem apresentar de onde as fontes foram retiradas. Não apresenta atividades para que os alunos pudessem resolver, e não contém imagens ou ilustrações referentes aos fatos históricos mencionados nesse livro.

O historiador por ofício Mário Martins Meireles (1915-2003) nasceu em São Luís do Maranhão. Iniciou no Magistério da década de 1940, como professor de História Universal e do Brasil. Em 1953, tornou-se professor universitário na Faculdade Federal do Maranhão (UFMA). Pertenceu ao Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Letras (AML), em que assumiu vários cargos administrativos. Escreveu mais de trinta livros relacionados à História do Brasil e Maranhão em diversos contextos.

Durante muito tempo, a história serviu como um meio dos alunos adquirirem uma formação moral e cívica, a obra *Pequena História do Maranhão*, publicada em 1959, é caracterizado por uma história tradicional, permeada do método da “memorização” para cumprir seu objetivo de ensinar as “tradições nacionais” e induzir ao patriotismo. No prefácio,

Meireles (1959) informa que seu trabalho não tinha nenhuma intenção, possibilidade nula, visto que nas suas palavras seguintes dizem que sua obra havia sido solicitada pela sua colega da Faculdade de Filosofia de São Luís, Profa. Odila Soares, que ocupava na época o cargo de Orientadora Pedagógica dos Cursos do SENAC-MA, devido à dificuldade de encontrar materiais que abordassem a História e a Geografia do Maranhão, a nível de curso de primário. Convém lembrar ainda que *Pequena História do Maranhão* (1959), foi instituída por meio do Decreto de nº 1732 de setembro de 1960, que oficializou seu uso nas escolas Primárias do Estado.

Meireles (1959) sintetizou nessa obra os conteúdos básicos da História do Maranhão, possuindo quinze capítulos que abordam desde o “Descobrimento do Maranhão até Maranhenses Ilustres e Hino Maranhense”. A História nesse contexto, ainda estava sob o domínio de um método de ensino voltado para memorização, ou seja, aprendia História quem decorava nomes e fatos com suas datas e as grandes personagens da História. No que concerne as fontes utilizadas para a elaboração de manual didático, Meireles não indica de onde embasou sua escrita.

Isso é perceptível na *Pequena História do Maranhão* (1959) o capítulo que trata do “descobrimento” do Maranhão, cobra nos exercícios propostos quais os nomes dos grandes “descobridores” da América e quem chegou primeiro entre eles, e as datas desse “descobrimento”, questões com frases para completar. Com o fim de o aluno dominar os conteúdos para ser bem-sucedido nas provas e processos seletivos que viesse a se submeter. A obra segue essa linha nos outros temas, não há críticas e direcionamento para que haja reflexão crítica do discente sobre os processos históricos.

Na seção *A Bandeira, O Escudo e o Hino do Maranhão*, percebemos nessa obra a tarefa de transmitir uma “memória local”, induzindo as práticas educacionais de cultos e rituais a Bandeira, Escudo e Hino do Estado para que o aluno produzisse atitudes sacralizadas diante desses símbolos e esses foram constituídos como memória a ser preservados e institucionalizados pelo poder, que encontravam no livro didático campo fértil para criar suas tradições.

No que tange aos “*Maranhenses ilustres*”, espaço esse dedicado aqueles que tiveram seus nomes vinculados à política, literatura, etc. e que ganharam notoriedade nacional, Meireles (1959) dá créditos aos “grandes maranhenses”, como se o eventos históricos para se

concretizassem dependessem e estivessem diretamente ligados a atuação deles, a exemplo: “Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que venceu os franceses em Batalha de Guaxenduba” (MEIRELES, 1959: 67), não menciona que eles eram auxiliados por outras pessoas que não tiveram seus nomes vinculados a História.

Esses “grandes homens” tinham a finalidade de servir como modelos “aos jovens maranhenses que devem estudar para se fazerem dignos dos grandes maranhenses que já morreram. Decoremos os seus nomes” (MEIRELES, 1959: 67). Esse método de decorar já havia sido constante desde o final do século XIX, e “os métodos de ensino baseados na memorização correspondiam a um entendimento de que ‘saber história’ era dominar muitas informações, o que, na prática, significava saber de cor a maior quantidade possível de acontecimentos de uma história nacional (BITTENCOURT, 2012: 69).

No *prefácio* de *Pequena História do Maranhão*, Meireles já prenunciava a *História do Maranhão* que seria publicado em 1960, ao dizer que: “os elementos que lhe demos, extraídos de uma ‘História do Maranhão’ que ainda não pudemos dar ao público [...]”. Quanto à obra *História do Maranhão*, publicada em 1960, também é uma de escrita tradicional que apresenta uma história narrativa, linear e descritiva. Essa obra é dividida 36 capítulos que vai desde o “Descobrimento” até o que ele chamou de Maranhão Contemporâneo ressaltando aspectos econômicos, financeiros, educacionais e culturais. Os fatos são apresentados como naturais, os contextos não são postos nas contradições originadas a começar das circunstâncias materiais nas quais os indivíduos se localizam em dada conjuntura histórica. A obra não contém imagens e a bibliografia utilizada são de historiadores filiados a uma historiografia conservadora, como expoentes Ribeiro do Amaral, Francisco Adolfo de Varnhagen não havendo uma discussão historiográfica apresentando elementos trazidos por uma historiografia mais revisionista.

No *prefácio*, Mário Meireles (1960) salienta que algumas obras naquele período encontravam-se escassas, anos depois foram reeditadas, e interpelava-se de como seria possível ao magistério ensinar a disciplina as futuras professoras primárias, se não havia onde aprendê-la. À vista disso, Meireles registra seu trabalho para estimular o interesse daquela sociedade para a história do Maranhão, portanto, como reclama o autor, “hoje em dia na terra, se conta por uma precária meia dúzia de homens que ainda querem saber do nosso passado porque sabem que história é a mestra da vida” (MEIRELES, 2015: 15-16).

Na década de 1950, o Ministério da Educação promoveu determinadas mudanças nos programas para o ensino de História, no entanto, pouco se afastou das concepções e das práticas tradicionais, caso considerarmos uma análise dos livros didáticos em uso nesta época (FONSECA, 2003). A escrita de *História do Maranhão* obra inseria-se em um período em que não havia espaço para uma política educacional direcionada para os interesses populares, a não ser que eles se conjugassem com os interesses particulares que se sobrepunha, a partir da própria exclusividade da cultura letrada que seria vinculada como cultura do povo, por meio dos programas educacionais (PINTO, 1982).

O livro didático *Gente, terra verde, céu azul* tem três autoras, sobre elas nos limitamos às informações contidas no próprio didático, a escritora Lídia Maria de Moraes é Bacharel em letras-Português e Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo, Licenciada em Estudos Sociais pela Faculdade Teresa Martin e atuava na educação básica do Estado de São Paulo (SP), ainda seguiu publicando livros didáticos pela Editora Ática. Maria Luísa Campos Aroeira, essa autora é formada em Pedagogia pela Fafi Ciências e Letras de Belo Horizonte (MG) e atuava na educação básica do Estado de Minas Gerais, além desse livro a autora continuou a lançar livros didáticos em outras editoras, como a FTD Educação. Maria José Caldeira é Licenciada em Desenho e Artes Plásticas pela Fundação Universidade Mineira de Arte (FUMA) de Belo Horizonte (MG) e atua na educação básica desse estado.

É importante destacar que as três autoras não são maranhenses e não residiam no estado do Maranhão, o que pôde trazer muitas lacunas na obra, pois além dessa obra voltada para o Maranhão, elas se dedicaram a produzir mais dois livros didáticos nessa mesma linha para os estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo. As autoras não disponibilizam a bibliografia utilizada para a produção desse material didático, o que não permite saber, se as autoras consultaram obras maranhenses de referência naquele período, como a obra *História do Maranhão* (1960) de Mário Meireles.

O contexto da escrita dessa obra se deu no Governo Militar (1964-1985), e o ensino de História teve que se adaptar aos ditames do então governo em vigência, isto é, formar indivíduos que colaborassem para manter a ordem e a política vigente por meio de um discurso moralizador e ideológico permeados nos materiais didáticos. Desse modo, querer determinar ao ensino de história um fim elementar que vai além do de contribuir para o desenvolvimento crítico do

aluno, leva-se esse ensino impreterivelmente para uma concepção limitada e, logo, reduzida, quanto ao ensino dessa disciplina. Nota-se isso com a fusão de História e Geografia nesse contexto, no qual o ensino de História direcionaria os alunos a cultuarem a pátria, os seus símbolos, as instituições e as grandes personagens da História.

A coleção *Gente, terra verde, céu azul*, tem sua primeira edição possivelmente publicada no ano de 1981, se levarmos em consideração que cada edição foi anual. Na Biblioteca Benedito Leite encontramos apenas duas edições 2ª (1982) e 7ª (1987). As atividades para os alunos, de forma geral, são bem objetivas cuja finalidade é levar os estudantes a decorarem os conteúdos do livro, sem questionarem os fatos históricos, estão fadados apenas a reproduzirem o que leram. O primeiro capítulo, *Nós, O Maranhão e o Brasil*, está mais ligado a Geografia, quanto a localização geográfica, coordenadas, uso de escala, as regiões do Brasil, nomes de capitais, etc.

Em relação à História, os conteúdos, nesse livro didático, são explorados de forma tradicional, pois enfatizam os fatos políticos e “grandes homens”, e há também um quadro com datas de grandes marcos a nível mundial, nacional e estadual, assim, vemos que o intuito do ensino era “ajustar aluno ao seu meio, preparando-o para a “convivência cooperativa” e para suas futuras responsabilidades como cidadão, no sentido do “cumprimento dos deveres básicos para com a comunidade, o Estado e a Nação”” (FONSECA, 2003: 57-58).

É interessante como esse manual serviu de instrumento de legitimação daquele governo, porque ao se referir a quem mantinha a ordem e a segurança do Brasil dá total crédito às Forças Armadas e ressalta que:

O desenvolvimento do Brasil e o bem-estar do nosso povo dependem da ordem e da segurança. As Forças Armadas existem para manter a paz e defender o Brasil, com segurança [...] As Forças Armadas também prestam assistência às regiões menos desenvolvidas, construindo estradas, escolas, e cuidando da saúde das populações [...] Compõem as Forças Armadas: O EXÉRCITO A MARINHA A AERONÁUTICA (AROEIRA; CALDEIRA; MORAES, 1987: 28).

A História Regional, isto é, a História do Maranhão tem seu espaço reduzido em favor da História do Brasil, isso fica nítido na seção *Como começou a nossa História?*, que se inicia com o “Descobrimento do Brasil”, o termo “descobrimento” não é problematizado, e está ligado ao etnocentrismo do europeu, o que já limita o aluno a acreditar que a cultura europeia é superior as demais. Ao se referir o surgimento do Maranhão, as autoras dedicam pequenos trechos, e

outros fatos históricos da História do Brasil são retratados seguindo à mesma linha de pensamento dos fatos já abordados.

Identificamos que as escritas das autoras fazem parte de uma historiografia tradicional, ligados a uma história linear, acrítica, de grandes heróis. Isso se torna notório na seção *Outros acontecimentos históricos importantes*, onde constam alguns acontecimentos da História Nacional até o advento da República. Vale dizer que sobre o período que corresponde ao Brasil República, nesse livro didático não possui menção dos seus eventos históricos, tendo em vista que essa forma de governo estava a caminho do seu primeiro centenário. Há apenas uma linha do tempo para que os alunos identifiquem os fatos históricos ocorridos na divisão do Brasil em Colônia, Império e República, e sobre esse último momento histórico se menciona somente o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança em 1970.

Na década de 2000, o pesquisador Joan Botelho, professor de história das redes pública, particular e cursos preparatórios de vestibular e concurso, lançou o livro intitulado *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* (2007), que visou atender ao Ensino Médio, as provas de vestibulares e concursos. A obra adota uma organização cronológica que prioriza a descrição linear e evolutiva dos eventos históricos, partindo de uma periodização europeia, com os conteúdos que inserem o a História do Maranhão entre a História Geral, História da América e História do Brasil. Traz temáticas da História social, política, economia e social em diversos contextos maranhenses. O autor utiliza documentos da época como jornais, autos, etc. A bibliografia é de historiadores de filiações tradicionais, como também de historiadores com abordagens revisionistas.

Esse livro está dividido em três partes, História do Maranhão Colônia, Império e República, e organizado de forma variada com imagens; texto; glossário como nota de rodapé; fragmentos de textos acadêmicos e documentais no box intitulado *História Viva* que se localizam no final de cada parte, no entanto não são problematizados, têm caráter informativo. Quanto aos exercícios, nas seções *Questões propostas, de vestibulares e concursos*, são questões dos vestibulares tradicionais da UEMA e UFMA, com perguntas objetivas que foram aplicadas na primeira fase do exame, seguidas das discursivas que ocorriam na segunda fase, além das questões elaboradas pelo autor que seguem essa mesma tendência.

Botelho (2007) narra os episódios históricos apresentando versões historiográficas que se contrapõem, menciona a participação das camadas populares, contudo não dialoga com o

estudante que faz uso desse material, o que poderia proporcionar uma maior ligação da análise do passado com o presente, pois o problema fundamental da História diz respeito ao presente.

Apesar do esforço em dialogar com a historiografia maranhense atual, e embora reconheça a participação popular nesses eventos históricos, fá-lo não no sentido de instigar o aluno a construir uma sociedade mais igualitária, apenas mostra as desigualdades existentes entre as classes. Alguns conceitos não são explorados por Botelho (2007), por exemplo, o conceito de cidadania do século XIX para que os alunos compreendam os significados da legislação liberal desse período, com destaque para a Constituição de 1824, em que os critérios de cidadania passavam pelo aspecto jurídico (ser livre) e econômico-censitário (renda).

A obra, *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* (2007), não apresenta as características exigidas para os livros didáticos, nem no uso da linguagem e nem os elementos metodológicos e avaliativos que proporcionam a interação com os estudantes. Além dos conteúdos, a obra traz trechos de documentos e inúmeras questões de vestibulares. Ainda assim, não se encaixa nas exigências contidas Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). O professor de história deverá ir além de seus conteúdos ainda obrigatórios no ENEM, vestibulares ou para a formação profissional. O docente por meio do ensino de História Regional ou Local fará com que suas aulas ganhem sentido ao cotidiano do aluno, agregando-o valores que sejam capazes de transformar comportamentos, porquanto, conteúdos sem significados resultarão no aluno que ficará distante e vulnerável a sua realidade.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos inferir que os materiais didáticos referentes à História do Maranhão que foram e são utilizados nas aulas, precisam de reformulações em seus conteúdos e abordagens para colaborar na formação crítica dos alunos para que os mesmos sejam sujeitos ativos da sua própria história, e atuem de forma consciente em sua realidade histórica. Vimos obras como a de Godóis que a escreveu em um contexto da República como nova forma de governo. Passadas quase 6 décadas, Meireles lança seu trabalho que não difere muito de Barbosa de Godóis, as autoras, Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira, em 1981, quanto as abordagens, a utilização de uma historiografia mais

tradicional e os problemas apresentados nesse trabalho podem não ter contribuído para uma aprendizagem significativa, já Botelho em 2007, trouxe em seu trabalho uma historiografia revisionista e temáticas até então não contempladas nas obras didáticas relacionadas a História do Maranhão. No entanto, no aspecto da linguagem, assim como os outros autores analisados nesse trabalho, ainda é inadequada para a sala de aula, considerando os critérios atualmente exigidos para essa produção didática.

Portanto, os historiadores não podem ficar indiferentes da aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos, daí a importância de se estudar a história dos manuais didáticos, pois, no decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem.

Referências

BOTELHO, Jean. **Conhecendo debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez Editora, p. 183-220, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____ (org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – ANPUH – RS, 2000, p. 23-38.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão: Para uso dos alunos da escola normal**. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

MEIRELES, Mario M. **Pequena história do Maranhão**. 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

MEIRELES, Mário (1960). **História da independência do Maranhão**. São Luís: Artenova, 1972.

MORAES, Lídia Maria de; AROEIRA, Maria Luísa C.; e CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul: Estudos Sociais – História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1987.

PEREIRA, Joyce Karla. “**A Independência do Brasil e o ensino de história:** conhecimento histórico e formação para a cidadania entre uma nova historiografia, livros didáticos e professores.” Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2014.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do Velho ao Novo:** Política e Educação no Maranhão. 1982. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, A.L.C. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles.** 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.